



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado  
dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
450 Ent. 689	21/02/2020	N.º: ENT.:933 PROC. 01.02.01 PCP	24/02/2020

**Assunto: Pergunta n.º 1025/XIV/1.ª, de 21 de fevereiro de 2020 (PCP)**

Na sequência da Pergunta n.º 1025/XIV/1.ª, apresentada por Deputados do Partido Comunista Português, que versa sobre a situação da Orquestra Regional do Norte, prestam-se os seguintes esclarecimentos:

O Ministério da Cultura tomou conhecimento da existência de atrasos no pagamento de salários aos profissionais da Orquestra Regional do Norte, bem como das dificuldades financeiras da Associação Norte Cultural - Orquestra do Norte.

A par do financiamento do Estado ao desenvolvimento das orquestras regionais, é de extrema importância o envolvimento dos municípios da respetiva circunscrição territorial. Assim, no caso concreto da Orquestra do Norte, é importante dar nota de que a participação ativa dos municípios associados vai ser aprofundada para o corrente ano. Com efeito, a quotização financeira foi recentemente aprovada, o que contribui para o esforço de estabilização financeira da entidade promotora da orquestra.

Por outro lado, o Estado, através da DGARTES, no contexto de excecionalidade decorrente do atual surto pandémico, flexibilizou algumas das obrigações contratuais para efeitos de processamento do apoio financeiro, à semelhança do que já tinha sucedido em relação às entidades beneficiárias dos apoios às artes, como aliás foi tornado público.



Nessa conformidade, a DGARTES processou os apoios financeiros respeitantes ao primeiro trimestre do corrente ano, sem condição prévia de apresentação da documentação obrigatória prevista nos respetivos contratos por parte das orquestras regionais. Foi, assim, no caso da Orquestra do Norte, uma forma de obviar às suas dificuldades financeiras.

Estas medidas excecionais justificaram-se, também, pela necessidade de procurar minimizar o impacto da suspensão de atividades na vida dos trabalhadores e das estruturas artísticas e culturais, face à atual conjuntura epidemiológica nacional.

O Ministério da Cultura tem vindo a monitorizar com particular atenção a situação das três orquestras regionais, relativamente às quais se impõe garantir um equilíbrio económico e financeiro no curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, a comissão de acompanhamento instituída ao abrigo do Estatuto das orquestras regionais encontra-se a ultimar os trabalhos de avaliação necessários para que, em função do que vierem a ser as respetivas conclusões, o Governo esteja em condições de adotar as medidas mais adequadas, promovendo também uma adequada participação e articulação com as autarquias locais envolvidas no âmbito da circunscrição territorial de cada orquestra.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Sara Gil